

OS PRINCÍPIOS BÍBLICOS NA HISTÓRIA DAS NAÇÕES

Inez Augusto Borges¹

INTRODUÇÃO

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor” Salmo 33.12.

A comparação entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte, seja em termos de extensão geográfica, recursos naturais ou tempo de ocupação por parte dos exploradores e colonizadores europeus torna-se impossível evitar a pergunta sobre qual teria sido o fator determinante da gritante diferença no nível do desenvolvimento educacional, social, econômico, moral e espiritual entre as duas nações.

Brasil e Estados Unidos possuem dimensões geográficas aproximadas. O Brasil perde por pouco em extensão territorial, mas tem maior extensão de terras cultiváveis e tem clima mais propício à agricultura durante todo o ano. Nos Estados Unidos da América do Norte, além das imensas áreas rochosas nas quais a agricultura é impraticável, ainda há o fator climático, que limita as atividades, reduzindo as condições de plantio, colheita e armazenamento dos produtos agrícolas, bem como da pecuária. Quanto ao tempo de ocupação da terra, se forem consideradas as capitânicas hereditárias como ponto de partida para a ocupação do território brasileiro, teremos quase cem anos de vantagem em relação aos Estados Unidos. O que justificaria, então, as tremendas diferenças entre as duas nações? O que tornou possível que os Estados Unidos da América do Norte se tornassem o país mais poderoso do mundo em tão pouco tempo de história? Neste estudo, defende-se a hipótese de que a diferença reside no fato de que, em sua fundação e nos primeiros 200 anos de história houve a aplicação dos princípios bíblicos a todas as áreas da vida, de modo especial nas políticas públicas em todas as instâncias de governo, mas também na valorização da família, na educação, nas ciências, nas artes, etc. Muito material de pesquisa pode ser utilizado para documentar esta afirmação. Entretanto, uma visão histórica dos princípios bíblicos permite uma compreensão mais abrangente do tema em consideração neste estudo.

1

Os princípios bíblicos e o governo das nações

¹ Psicóloga, mestre em Educação Cristã e Doutora em Ciências da Religião. Diretora da Associação de Escolas Cristã de Educação por Princípios (AECEP).

Cláudio Lembo, em seu artigo *Dilemas do Mundo Contemporâneo*,² apresenta sua tradução do verbete da enciclopédia francesa na qual consta a seguinte referência à relação entre Democracia e princípios cristãos reformados:

Não é difícil reconhecer nessa organização eclesiástica – a igreja concebida por Calvino – o esquema que dá origem à doutrina da democracia moderna com seus concílios e seus parlamentos. Ela apareceu na América dos puritanos e foi transmitida por eles à Revolução Francesa. São os presbiterianos dos Estados Unidos a origem do nosso sistema de governo democrático” (Enciclopédia Francesa, cf.. Citação e tradução de Cláudio Lembo, 2002, p. 61)

De fato, o estudo da história norte-americana nos auxilia a perceber como os princípios do Cristianismo estavam presentes na estruturação da nação norte-americana, tanto durante o período da colonização inglesa e mais ainda, após a Revolução da Independência. Mesmo uma breve leitura de alguns bons livros infantis sobre o assunto revela significativas informações sobre a presença de princípios bíblicos na história da nação da outra América. Mas não são dos livros infantis que emanam as evidências de que a cultura norte-americana está solidamente fincada na cosmologia cristã reformada. As evidências se fazem abundantemente presentes em documentos oficiais desde o *May Flower Compact*, passando pelos inúmeros *electual sermons*, sermões eleitorais pregados nos dias de eleições nas diferentes cidades das treze colônias, os textos das leis educacionais como o Massachusetts Act, (1642) ou a lei de 1647, chamada de *Old Deluder Satan Act* (lei Velho demônio enganador) segundo as quais todas as vilas com cinquenta famílias deveriam contratar um mestre para ensinar crianças a ler e escrever enquanto que as vilas com mais de cem famílias deveriam ter uma escola de preparação para o Harvard College³.

Os cristãos, assim como os judeus, sustentam que a Bíblia é a revelação de Deus ao ser humano num contexto histórico e com a finalidade de interferir na história, tanto de indivíduos quanto de nações. A Bíblia pode ser vista como um livro sobre rituais religiosos, mas não é apenas isto. Qualquer leitura ainda que superficial, da história das religiões judaica e cristã revelam que a Bíblia sempre foi percebida como um livro de princípios de vida, tanto pessoal quanto comunitária. Dela emanaram regras governamentais para todas as áreas da vida, quer seja o Antigo Testamento para o povo hebreu quanto Antigo e Novo Testamentos juntos em relação aos cristãos em diferentes geografias e momentos históricos.

O objetivo deste texto é observar como as nações que desenvolveram sistemas de governo com base nos princípios revelados na Bíblia tornaram-se referência para outras nações, em termos de desenvolvimento de um estilo de vida mais digno da condição humana. A história da Ética, da Democracia, da justiça social, da

² Artigo publicado em coletânea com o título de *Um olhar sobre Ética e Cidadania*. Editora Mackenzie, 2002.

³ Os interessados em um exame mais acurado sobre o tema encontrarão fontes de pesquisas em acervos como a Biblioteca Hall-Slater, nas dependências da sede da FACE – Foundation for American Christian Education (<http://www.principleapproach.tv/>), em materiais publicados pela Plymouth Rock Foudation (<http://www.plymrock.org/>), além de imenso acervo que pode atualmente ser encontrado em diferentes sites de pesquisa sobre o tema.

igualdade, do uso da razão, da liberdade e da solidariedade revela que todos estes valores tão caros ao mundo ocidental estão relacionados aos princípios bíblicos e à explicitação dos mesmos ao longo do tempo. É de fundamental importância para a educação cristã em geral e para a Educação por Princípios, de forma particular, observar que não é possível separar a história dos Direitos Humanos, da Cidadania e das democracias representativas de sua relação com as Escrituras judaico-cristãs.

Entretanto, os livros de História, de Ética, de Direito e de Política, em sua maioria, ignoram a história dos Hebreus e os escritos proféticos, preferindo apontar Roma e Grécia como referenciais e pontos de partida para a história da civilização. Ignoram também toda a contribuição do Cristianismo na interpretação dos textos hebraicos e sua aplicação na construção das sociedades ocidentais após o primeiro século da nossa era. Cabe aos educadores cristãos investigar e divulgar ao mundo acadêmico em geral, além de também ensinarem nas escolas de educação cristã e nas igrejas, que todos os textos do Velho Testamento já estavam escritos no período chamado de iluminismo ateniense, quando a Filosofia começou a florescer na Grécia e que, portanto, seja como texto inventado pelos seres humanos como os ateus costumam crer, seja como texto divinamente inspirado como creem os cristãos, a Bíblia não pode ser, jamais, desconsiderada em relação à influência que exerceu na construção da civilização moderna.

Considere-se, por exemplo, as relações de poder. O modelo de governo estabelecido por Moisés é muitíssimo anterior à Democracia Grega ou à República Romana. Mesmo que possa parecer estranho afirmar que Deus teria dado diretamente a Moisés um sistema de governo, é possível perceber, por meio do estudo das Escrituras, que Deus deu a ele as leis e a capacidade de racionar, de ouvir conselhos e julgar a racionalidade destes conselhos com base nos princípios da lei, organizando um estado totalmente diferente dos existentes em seu momento histórico. Desta maneira foi possível uma influência contínua no processo de humanização dos seres humanos criados à imagem e semelhança de Deus.

3

Os Princípios do governo civil presentes na República Hebraica

C. B. Wines, em seu livro *The Hebrew Republic* (s/data) começa seu texto afirmando que “a função das ciências é chegar aos princípios gerais, ou seja, aos fatos primários ou gerais nos quais todos os fatos secundários ou particulares estão incluídos” e que qualquer um que buscar de fato os princípios de toda a Ciência Política poderá encontrá-los nas páginas da Escritura Hebraica. Segundo Wines, a República Hebraica, conforme apresentada nos textos de Moisés, é o sistema de governo que oferece suporte para o desenvolvimento das democracias constitucionais que surgiram no mundo ocidental a partir do advento do Cristianismo.

Wines lembra que na política, assim como nas ciências físicas, existem alguns grandes princípios, falsos ou verdadeiros, dos quais, em cada caso específico, fluem todos os numerosos detalhes da organização social. Cada estado está sustentado em ideias fundamentais e o estudo destas ideias é de suprema importância para o estudo de sua constituição. Portanto, nenhum sistema social pode ser entendido

sem o conhecimento dos seus princípios fundamentais e o governo hebreu foi estabelecido sobre certas grandes máximas que precisam ser conhecidas para que se tornem compreendidas as civilizações que por ele foram influenciadas.

Os princípios da República Hebraica, em linhas gerais são os seguintes: monoteísmo, unidade nacional, social e familiar, liberdade e autogoverno, igualdade política, paz, economia pautada na agricultura e desenvolvimento de tecnologia, foco no trabalho como forma de desenvolvimento do caráter, inviolabilidade da propriedade privada, sacralidade da vida humana, educação, divisão de poderes, magistrados eleitos pelo povo, autonomia das tribos para aplicação das leis e opinião pública esclarecida, (concretizada na ordem de reunir a assembleia geral do povo ao pé do Monte Sinai quando da entrega das tábuas da lei e de sete em sete anos para renovação do voto de cumprir a constituição). O sistema de autogoverno era organizado em grupos de dez (famílias) grupos de cinquenta, grupos de cem, de quinhentos e de mil, conforme a orientação dada por Jetro a Moisés. Havia também um concílio dos 70 homens mais sábios da nação.

O primeiro e grande princípio sobre o qual todos os demais são edificados é o Princípio do Monoteísmo – a unicidade de Deus. Wines reconhece que para alguns pode parecer absurda a afirmação de que o princípio da ciência política é um dogma religioso. Mas, ele continua, esta surpresa e reação antagônica derivam apenas de uma falta de reflexão acurada sobre o tema. Wines apresenta esta reflexão acurada, oferecendo uma obra monumental sobre a presença dos mais elevados princípios de governo na forma como o governo hebraico foi organizado. São de Wines as afirmações parafraseadas abaixo.

4

Quando Moisés apareceu neste mundo, a idolatria se espalhava por todos os lados. Ela estava plenamente estabelecida em todas as nações e, com ela, uma imensa lista de males morais e sociais tinha se tornado sentimento e prática comuns entre os seres humanos. A idolatria tinha o status de verdade estabelecida, não havendo nenhuma constituição civil que não fosse sustentada pelo politeísmo. Os próprios israelitas tinham se envolvido com o politeísmo, adorando e servindo aos deuses dos povos entre os quais viviam. Qualquer que fosse a razão, portanto, para superar a idolatria, havia a mesma razão para incorporar a ideia de unidade religiosa dentro de uma estrutura política da República Hebraica. Uma instituição político-religiosa podia ser introduzida sem dificuldade, pois estava plenamente de acordo com as ideias políticas da época. Todos os antigos legisladores recorriam à religião para fortalecer suas respectivas políticas. Moisés, entretanto, difere dos legisladores de sua época ao utilizar a instituição política para garantir os interesses religiosos. Desta forma, continua Wines, “a constituição civil, inseparavelmente tecida com a adoração de um único e soberano Deus vivo, era, tanto quanto somos capazes de julgar, uma instituição indispensável para habilitar ou mesmo para compelir o povo a cumprir seu elevado chamado”.

O segundo princípio da República Hebraica deriva do primeiro e é igualmente revolucionário para a época. Trata-se do princípio de unidade nacional. Diferentemente da noção dualista ou politeísta que justificava a organização social em castas, a concepção hebraica permitia a unidade entre pessoas diferentes com direitos iguais. É por meio deste tipo de igualdade que todos os membros do povo formam um Estado. No preâmbulo aos dez mandamentos, que é, ao mesmo tempo,

um código de leis civis, morais e religiosas, o povo é tratado como sendo uma única pessoa. Não há nenhuma distinção de castas ou tribo. Não há distinção entre os que deverão e os que não deverão obedecer às leis apresentadas no decálogo. Reis e sacerdotes, profetas e líderes do povo, todos estarão debaixo das mesmas ordenanças e das mesmas recompensas ou punições decorrentes da obediência ou desobediência. Os mesmos direitos fundamentais são reconhecidos como pertencentes a todos. Os mesmos deveres fundamentais são impostos sobre todos. As distinções sociais, onde quer que apareçam, devem repousar sobre as bases naturais da inteligência, do esforço e do valor individual.

O terceiro e o quarto princípios aos quais Wine se refere são a liberdade e a igualdade. O povo hebreu era livre e igual na medida em que a terra tinha sido dividida de acordo com o número das famílias de cada tribo. Todos os seiscentos mil cidadãos livres receberam igual parcela da terra, portanto, todos eram proprietários e tinham a liberdade de cultivar e usufruir do seu trabalho livre e responsavelmente.

Outros princípios característicos da República Hebraica, conforme explicitados por Wine, são os seguintes: eleição dos magistrados, o consentimento do povo em relação às leis, a aprovação do povo em relação às obras de seus líderes, a justiça gratuita, rápida e imparcial, sistema de pequenas propriedades, valorização da educação das crianças, acentuada valorização do trabalho intelectual tanto quanto do trabalho na lavoura e na produção de bens e opinião pública esclarecida.

Conforme os princípios enunciados acima, apenas Deus é o supremo governante do Universo e a autoridade dos governantes das nações provém de Deus. O governo legítimo é aquele que deriva do povo para os líderes. No livro do Êxodo, capítulo 18, Jetro aconselha Moisés para que organize o povo de tal forma que este possa decidir sobre questões internas, sem sobrecarregar a liderança. Moisés apresenta o plano ao povo e o povo concorda. Em Deuteronômio 1, na retrospectiva feita por Moisés, ele diz: quando vocês estavam para entrar na terra que Deus prometeu-lhes, eu disse a vocês para apontarem homens sábios, cheios de conhecimento e respeitáveis dentre cada tribo para que fossem seus líderes. Vocês responderam que isso era bom. Então, eu peguei os homens sábios, escolhidos por vocês e os coloquei por chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinqüenta e chefes de dez e disse aos líderes para julgarem com justiça e sem parcialidade; para não fazerem diferença entre o pequeno e o grande e não serem intimidados por ninguém. (conforme Dt. 19 a 18).

Estes e outros princípios de governo presentes na República Hebraica são essenciais até os dias de hoje. Os rudimentos da república representativa, da comunidade da riqueza e do bem comum (commonwelth) estão neles. O que os gregos ou romanos fizeram foi utilizar sua própria capacidade de racionar para deduzir, das leis da natureza, estes mesmos princípios. Mas isto foi posterior a Moisés.

Na igreja primitiva estes princípios são também respeitados. Os apóstolos são escolhidos por Jesus, mas não são impostos como sacerdotes. Eles são aceitos por sua autoridade no ensino e nos milagres que realizam. O povo os segue livremente. No livro de Atos, a igreja elege diáconos. Mais tarde, Paulo orienta as igrejas quanto à eleição de diáconos e de presbíteros.

Mas, e depois dos apóstolos? Como se desenvolve a história da Igreja cristã e da Democracia? Como são restaurados os princípios democráticos e republicanos na idade moderna?

Linha do tempo dos princípios bíblicos de governo civil

Traçando a linha do tempo da História do Cristianismo teremos mais sucesso na compreensão destes fatores. Existem registros de que os perseguidos da igreja primitiva se espalharam por todas as regiões do mundo conhecido na época. O apóstolo Paulo escreveu diversas cartas para as igrejas nascentes. Uma dessas cartas foi endereçada aos Gálatas, os quais faziam parte do povo Celta. Os cristãos celtas conviveram durante os primeiros séculos, com as antigas religiões pagãs. No final do século IV, Patrick um jovem inglês de 16 anos de idade foi capturado e vendido na Irlanda como escravo para um cruel senhor. Patrick, durante seis anos de sofrimento, orava ardentemente, todos os dias e todas as noites, pedindo o livramento. Deus providenciou um meio para que ele escapasse e ele voltou para a Inglaterra. Três décadas mais tarde, Patrick voltou para a Irlanda, agora como missionário. Patrick e seus discípulos batizaram mais de 120.000 pessoas e fundaram cerca de 300 igrejas na Irlanda. Ele também acabou com o comércio de escravos. Em 432, Patrick escreveu o primeiro livro de leis civis com base nos textos bíblicos. Estas leis enfatizam a importância da obediência voluntária a Cristo, o que minimiza a necessidade de leis externas e governo centralizador. O livro começa com os dez mandamentos e apresenta trechos do livro de Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Trata-se de seleções de textos concernentes à vida pessoal, familiar e comunitária, ou seja, são os princípios bíblicos aplicados à construção da nação (FOSTER, 2008).

6

Mais tarde, no ano de 428, os anglo-saxões invadiram e conquistaram esta região. A cultura céltica já impregnada com os princípios cristãos por causa do ensino sistemático e da aplicação destes princípios à vida individual, familiar e à todas as instituições, acabou por transformar a cultura do conquistador.

Em 560, Columba, pertencente à família real da Irlanda, abandonou a vida de riqueza que teria em sua terra e se tornou um missionário na Escócia. Como parte de seus esforços para a implantação dos princípios cristãos na nação escocesa, Columba traduziu o livro de Patrick para o idioma escocês. A herança irlandesa se tornou também a herança escocesa. Columba e os seus discípulos construíram escolas, hospitais e orfanatos, mosteiros e igrejas.

Um pouco mais tarde, nos anos de 877 a 899, Alfred, (o único rei inglês que recebeu o nome de *O grande*) reuniu, pela primeira vez na história os reinos da Irlanda, Escócia e Inglaterra sob uma mesma lei. Alfred começou a reinar aos 23 anos de idade e é considerado como um cristão formidável. Ele estudou profundamente as Escrituras e devotou seu reinado a estabelecer os princípios cristãos no reino unido. Ele escreveu um código de leis que se tornou a lei da nação unificada. O Dr. Paul Jehle afirma que o código escrito por Alfred é o mesmo livro escrito por Patrick, ao qual foi adicionado um preâmbulo enfatizando a atitude de Jesus para com as leis mosaicas. No prefácio do livro, Alfred enfatiza a necessidade do coração

quebrantado e da misericórdia para que as leis não sejam meramente aplicação de regras externas e punições.

Em termos civis, Alfred aplica os princípios da República Mosaica ao modo de vida que deveria ser observado nas ilhas unificadas. A sociedade é organizada da seguinte forma: as famílias devem ser autogovernadas, para cada grupo de dez famílias (em torno de 50 pessoas), haveria um líder da vizinhança. Para cada grupo de cem pessoas (county) haveria um Sheri Reeve, ou o guardador da paz (desembiguador), aquele que deveria aplicar a lei para que questões políticas, morais e litúrgicas fossem resolvidas. Há uma ênfase no autogoverno das famílias e das comunidades, sendo que o Sheri Reeve atua como representante do rei e da lei, para resolver questões que o povo não resolve entre si. Paul Jehle afirma que muito da tradição inglesa em termos de organização política e sistemas de governo derivam do código do rei Alfred que, por sua vez, deriva do modelo bíblico. Por exemplo, a contração das palavras sheri Reeve resulta na palavra sherif. A origem da palavra county é a contagem de cem (a hundred in counting).

Ainda segundo Dr Paul Jehle, toda a lei justa no código anglo saxônico provém da Bíblia, incluindo a lei da propriedade da Terra. Segundo esta lei, as famílias são mordomos da terra e, por isso, devem cultivá-la e preservá-la para a futura geração. Não é cobrado imposto sobre a terra, nem sobre sua produção ou sobre o trabalho do produtor. São princípios de governo mínimo. Alfred entende que a lei vem de Deus e que ele deve apenas executá-la.

Em 1166 chegam à Inglaterra os normandos ou franceses. Os franceses trazem um novo sistema de leis, uma nova linguagem, uma nova forma de religião. Mas os anglo-saxões continuam a viver (na clandestinidade) conforme sua herança cristã. Um livro que expressa essa cultura subversiva é Ivanhoé, escrito por Sr. Walter Schott.

Em junho de 1199, assume o poder o rei chamado John Lackland (João sem terra) ou John of England. Ele não tinha herdeiros, não tinha sabedoria, era um glutão, mas tinha o poder sobre os indivíduos, por causa das leis francesas. Durante seu reinado, este rei se apropria de grande parte das terras e dos bens do povo, pois, segundo as leis e os costumes franceses, a terra pertence ao rei e este a concede a quem lhe apraz. Os barões ingleses, ainda segundo a herança cristã expressa nos códigos do rei Alfred que havia sobrevivido na clandestinidade, entendem que o rei se opõe a toda a herança anglo-saxônica fundamentada nos livros de Patrick e Alfred e unem-se para delimitar o poder do rei. Estes barões escrevem *A Carta Magna* e obrigam o rei João Lackland a assiná-la, no ano de 1215. Este documento representa uma linha divisória entre o poder absoluto do rei e a necessidade de um parlamento para que as leis sejam escritas de acordo com a justiça. *A Carta Magna*, com base nos princípios bíblicos, afirma que o rei também está sob a lei que vem de Deus.

Henry Bracton, jurista inglês (1210 a 1268) é conhecido como pai da lei comum (*the father of the common Law*) e defende a idéia de que o rei também deve estar sob a lei, pois a lei vem de Deus e não da vontade e do poder do governante. Ele cita Jesus Cristo como exemplo, lembrando que Jesus sendo Rei dos reis, também se submeteu e obedeceu até a morte e morte de cruz. Se o rei é o vigário de Deus ele

deve estar debaixo da lei de Deus, porque o próprio Rei dos reis não utilizou seu poder e sim o conselho da sua justiça. Jesus nos redimiu colocando-se debaixo da lei e o rei é também um ministro de Deus para o bem do povo.

John Wycliffe (1328 a 1384) entendendo que a Bíblia é a fonte da lei comum, traduz a Bíblia da vulgata latina para o Inglês e defende a necessidade de que todo cristão aprenda a ler para poder ler a Bíblia. Ele reúne um grupo de padres que tem a responsabilidade de ir às praças e ensinar a pessoas a ler para, depois, encintá-las a ler alguns trechos da Bíblia. Por afirmar que a autoridade da Escritura é suficiente e, portanto, não haveria necessidade do Papa, Wycliffe acaba por ser condenado mesmo depois de morto. Seus ossos foram desenterrados e queimados em praça pública.

Martinho Lutero traduz a Bíblia para a língua alemã entre 1520 e 1521. Ao publicar suas teses em 31 de outubro de 1517, Lutero enfrenta o poder romano, pois também apresenta a Bíblia como autoridade final, libertando o homem da tirania clerical e civil. Enquanto Lutero e sua tradução da Bíblia são condenados em diversos países da Europa, na Inglaterra, o próprio rei Tiago ou James, ordena que seja feita uma tradução (King James Version) que fica pronta em 1606. Esta versão da Bíblia influencia imensamente a língua inglesa, bem como os grandes escritores da época. Ainda hoje é uma versão muito utilizada, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos.

João Calvino, partindo das ideias de Lutero, converte-se à Reforma e escreve *As Institutas da Religião Cristã*, na qual aborda questões educacionais, econômicas, políticas e religiosas à luz das Escrituras. Calvino estabelece um sistema de governo na Igreja de Genebra com base nos princípios bíblicos e este governo se torna referência para o governo civil em Genebra, na Escócia e depois nas colônias norte-americanas. Calvino escreve sobre a separação entre Estado e Igreja sendo que as duas formas de governo devem estar sob a direção de Deus. Ele também escreve sobre a resistência civil, afirmando que há um dever, ordenado biblicamente, para que o cristão resista à tirania. Em sua perspectiva, há uma forma bíblica de resistir à tirania. Não se deve tomar a lei nas próprias mãos, mas é necessário lutar para que a lei de Deus seja cumprida. Calvino diz que os magistrados não devem fazer leis relacionadas ao culto e adoração, mas tem que zelar para que a verdadeira religião seja livremente praticada, para a glória de Deus e para o bem da comunidade. Da mesma forma, a igreja não deve fazer leis para o governo civil, mas ambos estão debaixo da mesma lei de Deus. Deus dá autoridade ao povo e o povo delega a autoridade aos líderes.

A Igreja Anglicana rejeita as ideias calvinistas, pois o rei é considerado o chefe supremo da Igreja sendo que todos os ministros devem submeter-se aos ritos e ordenanças estabelecidos oficialmente. A ideia de liberdade de culto e de escolha dos líderes é considerada traição e digna de punição, inclusive com a morte. Muitos que não aceitam esta imposição decidem fugir para a Holanda. Alguns decidem cruzar o oceano e tentar construir uma nova nação com base nesta liberdade que é proporcionada pelos ensinamentos fundamentados nos princípios bíblicos.

Os peregrinos, ao chegarem à colônia de Plymouth, mais tarde incorporada à Colônia de Massachusetts, trazem a Bíblia de Genebra, além de sermões escritos

por teólogos de inspiração calvinista. Durante os primeiros 150 anos da nação norte-americana, mesmo estando ligados à Inglaterra, seu sistema de governo civil reproduz este modelo histórico, pois a Bíblia é o referencial para os magistrados, para a igreja, para as escolas e para as famílias. Os pastores ingleses que chegam à região chamada de Nova Inglaterra durante estes primeiros 150 anos são, em sua maioria, grandemente influenciados pelas idéias calvinistas de governo representativo. Um dos fatores que contribui grandemente para isto é o Ato de Unificação, assinado pelo rei da Inglaterra em 1632, o qual obriga a todos os pastores a submeterem-se à Igreja Anglicana, considerada a igreja nacional. Dois mil pastores, teólogos e professores de Teologia recusam-se a assinar o documento e por essa causa, são obrigados a deixar seus postos nas igrejas, seminários e universidades. Dentre estes, centenas e centenas transferem-se para as colônias da região da Nova Inglaterra, que compreende os estados de Massachusetts, Connecticut, New Hampshire, Maine, Vermont e Rhode Island. Não é difícil entender que um dos motivos dessa transferência estava relacionado exatamente às questões de governo. É possível perceber, também neste detalhe, a história providencial. A própria Igreja da Inglaterra, sem o saber, torna-se responsável por esta marcha de pastores calvinistas para a América. Nem o rei da Inglaterra nem os líderes da igreja Anglicana poderiam imaginar o efeito deste ato na formação da mentalidade de um povo que, mais tarde se tornaria capaz de lutar por sua independência, entendendo que o autogoverno é, ao mesmo tempo, uma responsabilidade e um direito concedidos por Deus.

Alice Baldwin, em seu livro *The New England Clergy and the American Revolution* (1928) ressalta como os sermões destes pastores e sua forte atuação na vida diária da comunidade foram moldando o caráter do povo e construindo uma mentalidade de governo de tal forma que o povo estava preparado para lutar por sua liberdade quando o tempo mostrou que isto era inevitável. Baldwin analisa muitos destes sermões, demonstrando a elevada erudição dos seus autores. Além de citar com muita propriedade, as Escrituras, a maioria dos sermões revela elevado conhecimento das línguas originais da Bíblia (grego e hebraico) e grande habilidade para dialogar com pensadores como John Locke. Cabe aqui enfatizar a enorme contribuição deste pensador que tinha também as Escrituras como referência fundamental para suas reflexões sobre governo.

Não é possível neste espaço apresentar detalhes sobre a forma de governo destas colônias, principalmente as da Nova Inglaterra e a cosmovisão bíblica que foi desenvolvida por meio da educação, da publicação de literatura para todas as idades, da produção artística, etc. Basta, para os objetivos aqui propostos, mencionar que as comunidades ou vilas (Towns) eram administradas por conselhos locais, formados por voluntários eleitos pela assembleia da cidade, seguindo os modelos ingleses, ainda resultantes do modelo bíblico conforme ensinado por Patrick, Columba e Alfred, redimensionado pela visão calvinista de governo representativo. Ainda nos dias atuais é possível encontrar cidades que funcionam segundo este sistema de governo, no qual os conselhos de educação, de saúde, de segurança, de limpeza pública e outros são formados por cidadãos comuns, com mandatos bem definidos e supervisionados pela população. Um exemplo disso é a cidade de Saint George, no estado do Maine. Nesta cidade apenas três pessoas são remuneradas: o chefe de polícia, o chefe dos bombeiros e o administrador geral

(uma espécie de prefeito). Estas pessoas são contratadas e não eleitas. Eles são funcionários remunerados pela população e são supervisionados pelo conselho da cidade. Este, por sua vez é formado por cinco voluntários, eleitos pela população e cumprem mandato de três anos. Não é permitido mais do que dois mandatos consecutivos. Os que cumpriram dois mandatos podem candidatar-se novamente após dezoito meses de afastamento. O funcionamento da cidade é muito parecido com o conselho das Igrejas Presbiterianas. Os membros do conselho são eleitos pela assembleia que se reúne ordinariamente uma vez por ano e escolhem os membros do conselho, aprovam orçamentos e relatórios de atividades. Nota-se que, apesar de tratar-se de trabalho voluntário, sem remuneração, é necessário haver mobilidade dos ocupantes destes postos de poder. Desta forma, o autogoverno fica bem caracterizado. Cada cidadão tem o direito e a responsabilidade de se preocupar com os assuntos da cidade, participar das decisões que afetam sua vida e de sua família. As reuniões do conselho geral são eventos abertos ao público e a agenda destas reuniões está disponível no site da cidade. Toda a população é “convidada e encorajada a participar”, conforme site da cidade. (<http://www.stgeorgemaine.com/about.html>.)

Nos tempos coloniais e logo após a independência, as assembleias anuais que eram também dias de eleição, assim como nas solenidades de posse, os pastores estavam presentes e faziam longos sermões fundamentados nas ordenanças bíblicas sobre o ministério de governar. De acordo com este modelo, todos os membros de uma comunidade têm a responsabilidade e participar das decisões e envolver-se na resolução dos problemas que afetam sua própria vida e a vida de seus semelhantes que estão próximos. O individualismo que caracteriza a sociedade americana da atualidade é resultado de um afastamento dos ensinamentos das Escrituras que viabilizaram a construção daquela nação.

10

Paralelo com o Brasil

Considerando que uma das grandes diferenças entre Estados Unidos e Brasil é a educação e esta centrada nos princípios cristãos, podemos concluir fazendo um paralelo entre a cidade de Nova York, nos Estados Unidos e a cidade de Nova Castilho, no interior de São Paulo, no Brasil.

Em 2012, uma reportagem televisiva mostrou que em Nova Castilho falta quase tudo em matéria de infra-estrutura. Entre os problemas apresentados, a reportagem destacou a falta de nomes nas ruas. Nenhuma das ruas da cidade tinha placa de identificação. A reportagem enfatizou a falha dos prefeitos e vereadores da cidade, mostrando a indignação de alguns dos moradores. Esta abordagem do assunto é muito comum porque estamos acostumados à total dependência dos órgãos públicos. Entretanto, de acordo com os princípios bíblicos todo o povo é responsável pela situação e todos deveriam sentir-se envolvidos não apenas no problema mas na busca por soluções. No caso de Nova Castilho, as escolas ou associações de bairros poderiam desenvolver projetos para que as ruas fossem sinalizadas e também para que outros problemas fossem solucionados. O poder público deveria

prestar contas ao povo sobre os recursos arrecadados e o povo deveria ser chamado a votar sobre as prioridades e a contribuir voluntariamente com serviços à coletividade.

A ideia bíblica de autogoverno significa que **cada um** é responsável diante de Deus por fazer o bem no lugar onde vive: família, vizinhança, escola, condomínio, bairro, vila, cidade, país. Num sistema de governo onde existem cidadãos e não súditos, todos são responsáveis. Talvez ainda não tenhamos aprendido esta lição, pois nossa história ainda nos estimula a pedir, como o povo de Israel no tempo de Samuel: “Dá-nos um rei”. Pedimos um rei, pedimos um governo forte, pedimos alguém que resolva nossos problemas. Mas também queremos liberdade. Será que estamos preparados para construir uma nação livre? É necessário entender que não se constrói uma nação sem muito trabalho e parte desse trabalho é conhecer nossa história para poder reescrevê-la com ações diferentes, sem cometer os mesmos erros cometidos até aqui.

Cabe-nos, portanto, a partir de agora, buscar entendimento sobre quais são os antecedentes da nossa própria história para que possamos ser instrumentos de Deus para a transformação da nossa nação, com base nos princípios eternos.

Todas as nações têm uma herança religiosa. Toda religião tem consequências, porque interfere na maneira como as pessoas percebem a si mesmas, os seus semelhantes, as suas obrigações em relação ao mundo, ao próprio futuro e ao futuro de seus filhos e demais semelhantes. Não é possível falar em uma forma Ética ou em uma Política totalmente desconectada das crenças de um povo. Isto é ingenuidade, ignorância ou má fé. Alguns historiadores, de modo particular no Brasil, parecem fazer questão de não relacionar a história com a religiosidade dos colonizadores e dos governantes do passado e do presente. Isto em nada contribui para a objetividade histórica, pois as pessoas agem com base naquilo que pensam e as convicções religiosas influenciam o pensamento mais do que qualquer outra convicção. É necessário ressaltar que a convicção de que não existe Deus e que o homem pode fazer qualquer coisa impunemente é aqui também considerada uma ideia de cunho religioso que produz suas consequências na sociedade.

O ensino cristão resume-se em amor e justiça. Os cristãos são desafiados a amar ao próximo como a si mesmos com uma espécie de amor que é traduzido em atos e não apenas em palavras (1 João 3. 18). O amor cristão também deve ser praticado com sabedoria, pois o cristão deve usar a mente para amar. O resumo de toda a lei é apresentado por Cristo como o amor a Deus de todo o coração, alma, força e entendimento e o amor ao próximo tendo o amor a si mesmo como referência. A obediência a estes mandamentos requer raciocínio, compreensão dos feitos de Deus e da responsabilidade pessoal diante de Deus e diante do próximo. Ajudar o próximo a descobrir qual é a responsabilidade dele também é uma forma de demonstrar amor.

John Quincy Adams era o filho mais velho de John Adams, o segundo presidente dos Estados Unidos e tornou-se o sexto presidente da nação. Ele escreveu diversas cartas ao seu filho de nove anos, estimulando-o a ler a Bíblia e dando orientações sobre o significado de diferentes trechos das Escrituras. Sobre o amor a Deus e ao próximo, ele escreveu: dessa ordem resultam obrigações para conosco mesmos,

para com Deus e para com o próximo e estas obrigações devem ser aprendidas em igual perfeição por meio do estudo das Escrituras⁴. O amor a Deus e ao próximo deve, necessariamente, resultar em ações concretas no espaço público. É isso o que o John Quincy Adams enfatiza ao seu filho.

No Brasil, a maioria dos cristãos não teve este tipo de ensino. A ausência de princípios bíblicos resultou numa religiosidade mística, que requer sempre um sacerdote humano como mediador entre Deus e o homem comum. Nesta visão, o sacerdote é a autoridade estabelecida por Deus, ele perdoa ou condena, ele resolve os problemas e, portanto, deve ser reverenciado e obedecido cegamente. Esta crença resulta em uma forma de vida desconectada da responsabilidade pessoal diante de Deus e do próximo. Se tudo pode ser resolvido com uma confissão, um ato de contrição e penitência acompanhado de uma declaração de perdão, então não há necessidade de ensino. Não há necessidade de desenvolver dons e talentos para a glória de Deus. Não há necessidade de educação. Não há necessidade de trabalho comunitário, pois não se está construindo nada em comum e cada um pode cuidar de sua própria vida enquanto espera que as autoridades resolvam todos os problemas da coletividade. O impedimento da leitura das Escrituras torna a prática da religiosidade algo mecânico e sem reflexão. A religião meramente ritualizada não forma o caráter, não desenvolver hábitos de autogoverno e de cidadania. A autoridade e a responsabilidade são entregues, acriticamente, aos que detêm o poder, seja lá por quais meios o tenham alcançado.

Considerações Finais

Num breve capítulo como este não é possível apresentar de forma mais abrangente as diferenças entre a cosmovisão cristã fundamentada em princípios bíblicos a qual influenciou o desenvolvimento e o autogoverno de muitas nações e a outra vertente do Cristianismo que manteve nações sob a tutela de governantes e autoridades arbitrárias. Entretanto, parece ter sido possível mostrar que há uma linha histórica que liga os princípios explicitados nos textos bíblicos e o desenvolvimento das nações que tem se destacado na valorização dos seres humanos. Conclui-se a reflexão sobre este tema ressaltando o papel dos educadores cristãos na busca por compreensão destes princípios, desta história e do momento no qual estamos vivendo e trabalhando. Que nossa prática possa fazer diferença, assim como fazem diferença o sal e a luz, aos quais Jesus comparou aqueles que são seus discípulos.

4 John Quincy Adams, filho de John Adams, um dos pais fundadores da nação norte-americana. John Adams (pai) teve papel preponderante na revolução pela independência e na elaboração da constituição da nação. Foi vice-presidente de George Washington e tornou-se seu sucessor, sendo o 2º presidente do país.

John Quincy Adams tornou-se o 6º presidente dos Estados Unidos. John Quincy Adams escreveu a série de cartas no tempo em estava na Rússia, servindo como embaixador do seu país.

Referências Bibliográficas

ADAMS, John Quincy. To his son. The Bible and its teachings. Auburn: James M. Alden, 1850. Disponível em arquivo digital no site seguinte:

http://books.google.com.br/books?id=R_wdAAAAMAAJ&pg=PP7&dq=letters+from+John+Quincy+Adams%22&hl=pt-BR&output=text, acessado em setembro de 2012.

BALDWIN, Alice M. The New England Clergy and the American Revolution; Duke University Publication, 1928.

FOSTER, Marshal. Saint Patrick's contributions to western (Christian) civilization. From May Flower Institute Journal, 2008. Disponível em

<http://publisherscorner.nordskogpublishing.com/2009/03/saint-patricks-contributions-to-western.html>

LEMBO, Cláudio. Dilemas do Mundo Contemporâneo. In DE LEIBERL, Márcio (org). Um Olhar sobre Ética e Cidadania, volume 1. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

LEE, f. n. King Alfred, the great and our common law. Department of Church History, Queensland Presbyterian Theological Seminary, Brisbane, Australia, August 2000. Disponível em <http://www.dr-fnlee.org/docs6/alfred/alfred.pdf>, acessado em agosto de 2012.

LOCKE, John. The reasonableness of the Christianity as delivered in the Scriptures. London: C. Baldwin Printer, 1824. Disponível em http://www.archive.org/stream/thereasonableness00lockuoft/thereasonableness00lockuoft_djvu.txt

PATRICK. The Confession. Texto disponível em <http://www.ccel.org/ccel/patrick/confession.txt>, acessado em maio de 2013.

WINES, C.B. The Hebrew Republic. Disponível em PDF no site <http://www.contra-mundum.org/books/republic.pdf>, acessado em Setembro de 2012.

